



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
CAMPUS DO MALÊS**

LOCARINE UDULCIENE MENDES ONCAMPO

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA GUINEENSE: ENTRAVES
DURANTE O MULTIPARTIDARISMO (1991-2012)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

LOCARINE UDULCIENE MENDES ONCAMPO

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA GUINEENSE: ENTRAVES
DURANTE O MULTIPARTIDARISMO (1991-2012)**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Claudia Ferreira Cardoso.

São Francisco do Conde

2017

LOCARINE UDULCIENE MENDES ONCAMPO

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA GUINEENSE: ENTRAVES
DURANTE O MULTIPARTIDARISMO (1991-2012)**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Claudia Ferreira Cardoso.

Aprovado em: 01/08/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Cláudia Cardoso Ferreira (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Bas'illele Malomalo (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA	7
3	JUSTIFICATIVA	17
4	OBJETIVOS	18
4.1	GERAL	18
4.2	ESPECÍFICOS	18
5	QUADRO TEÓRICO	18
5.1	PARTICIPAÇÃO	18
5.2	POLÍTICA	19
5.3	GÊNERO	19
5.4	MULTIPARTIDARISMO	20
6	METODOLOGIA	20
7	CRONOGRAMA	24
	REFERÊNCIAS	25
	APÊNDICE - Entrevista	28

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa é um dos requisitos exigidos para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus do Malês, São Francisco do Conde, Bahia.

Essa proposta de estudo trata da participação das mulheres na política, tema ainda de pouco interesse nos espaços acadêmicos. Em particular objetiva-se descrever o protagonismo das mulheres guineenses no período do multipartidarismo na Guiné-Bissau. Fazendo um recorte temporal de 1991 até 2012, visto que esse marco já consumiu quatro legislaturas.

A mulher africana era forçosamente afastada dos assuntos ligados á política e a tomada das decisões querem no sentido estrito da comunidade, bem como no sentido amplo do Estado-Nação. Artemisa Odila Candé Monteiro traz em discussão, a preocupação levantada por Amílcar Cabral, líder da independência da Guiné e Cabo-Verde: “a cultura no continente africano apoiava na subalternização da mulher em relação ao homem” isto mostra o quanto á mulher era subalternizada em relação ao homem. (MONTEIRO, 2013, p. 204). Além disso, muitos fatores condicionaram esse isolamento da mulher africana na esfera de tomada de decisões. Entres esses fatores, vale ressaltar o patriarcado tradicional, um processo milenar, que Minna Salami (2017), considera de um meio silenciador:

Mulheres africanas foram silenciadas por muito tempo pelos crimes do patriarcado tradicional, como a instituição abusiva e desumanizadora da poligamia patriarcal e a falta de acesso das mulheres á propriedade e ao poder na sociedade tradicional africana, (SALAMI, 2017. p, 03).

Portanto, o território que esse trabalho sobrepôs é a Guiné-Bissau, oficialmente República da Guiné-Bissau, um país da África Ocidental que faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné Conakry ao sul e ao leste e oeste com o Oceano Atlântico. Para Além do território continental o país contém ainda cerca oitenta ilhas que compõem o arquipélago dos Bijagós. O território guineense abrange 36.125 quilômetros quadrados de área dividida em oito regiões administrativas nomeadamente: Cacheu, Biombo, Quinará, Tombali, Oio, Bafatá, Gabu e Bolama/Bijagós, e incluindo Setor Autônomo de Bissau, capital do país.

De acordo com os últimos dados demográficos¹ atualizados em 2016, produzido por Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau, a população masculina é de 740.981, e a população feminina é de 788.111, o que totaliza a população total de 1.544.777 de habitantes.

Em termos políticos a Guiné-Bissau está organizada em um contexto multipartidário desde 1991, de uma República semipresidencialista e em uma democracia representativa. Por meio desse sistema o Presidente da República é Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro é chefe de governo. O poder executivo é exercido pelo governo, enquanto que o poder legislativo é exercido pela Assembleia Nacional Popular e o Poder Judiciário é independente do executivo e do legislativo.

Apesar do quadro democrático e constitucional, os militares têm cumprido verba sintética do poder e interferiram várias vezes na liderança civil desde que a primeira eleições multipartidárias foram sugeridas em 1994. Desde a independência em 1973, nenhum presidente da República atuou um período de 5 anos completos. Mandato estipulado pela Constituição da República. Esses sobressaltos nas legislaturas foram determinantes e também contribuíram de uma forma negativa para a fraca presença feminina nas instituições do Estado em relação a uma boa parcela representativa que as mulheres tiveram durante o regime do partido único que ocorreu entre 1973 á 1991.

É neste sentido que o presente trabalho objetiva abordar a “história da participação da mulher na política guineense nomeadamente entre 1991 á 2012”. A escolha deste período (1991-2012), explica-se pelo facto de ser um período marcado pela abertura democrática das instituições do país, porém, um período em que não só limita uma participação política de um grupo, mas sim, a reabertura do campo político para que todos possam participar e dar a sua contribuição ao país.

A política como sendo esfera onde todos os problemas e os bens do país são debatidos e resolvidos com a tomada de decisão de aqueles e aquelas que fazem parte do governo, mas que na maioria quem compõe estrutura política são os homens. As mulheres sendo a maioria da população nacional e que deveria ser a mais representada na esfera política em geral, mas continua a ocupar um espaço muito pequeno na esfera política. Daí termos os seguintes questionamentos como ponto de partida para o estudo aqui proposto: qual é a razão da fraca participação das mulheres na política e na tomada de decisões no período do multipartidarismo (1991 – 2012) considerando que um país multipartidário deveria ser mais

¹Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau, dados demográficos 2016. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/>.

democrático de que um país de monopartidarismo? Qual é a importância da participação das mulheres na política guineense? Quais são os fatores que condicionaram a fraca participação das mulheres na política e nos órgãos decisórios no período do multipartidarismo (1991 – 2012), considerando que as mulheres se compõem 51% da população? E por último, o que está na origem de uma enorme disparidade desfavorável a mulher em relação ao homem no que refere á participação destes nos cargos e nos órgãos de decisões política?

2 DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Um dos maiores problemas da literatura guineense sobre a participação política das mulheres nomeadamente o período multipartidarismo (1991 – 2012), é de poucos documentos escrito pelos próprios autores/as guineenses em particular as mulheres.

É verdade que há algumas obras publicadas sobre a participação política das mulheres na Guiné-Bissau, na qual essa monografia pode sustentar-se. Esse tipo de trabalho de pesquisa sobre a participação das mulheres na política guineense certamente tem muito a contribuir, quer para os interessados neste assunto bem como para a nova geração e assim para o Estado que na maioria dos casos dá pouca atenção para as mulheres, isto é, a falta de políticas públicas voltadas as mulheres.

De acordo com algumas bibliografias, na Guiné-Bissau, durante o período antes da chegada dos aventureiros portugueses, segundo o relatório apresentado no 1º Congresso Nacional das Mulheres da Guiné (CNMG) realizado de 3 à 7 de Novembro de 1982, a forma de organização política existente nesse território era muito bem diferente com a forma de se organizar do sistema colonial. Existiam reinos muito bem organizados e administrados pelos seus líderes africanos. Constituíram Estados independentes com povos de organização social estruturada, que ao longo do tempo passam a ser chamados de etnias/sociedades tradicionais vigentes no país. Nessas sociedades ainda segundo o relatório, há duas formas de se organizar socialmente: sociedades horizontais e as verticais. As sociedades horizontais são sociedades sem experiência da organização estatal, enquanto que, verticais são sociedades com uma longa experiência das organizações estatais, (UDEMU, 1982).

Apesar das diferentes formas de organização nessas sociedades, a mulher era discriminada e silenciada no que diz respeito á sua participação nos órgãos decisórios. Mesmo com a longa tradição estatal nas sociedades verticais, a desigualdade era mais acentuada. No domínio sócio-político, nas sociedades horizontais a mulher podia exercer certa

influência ao poder político enquanto que nas sociedades verticais a mulher não podia exercer nenhum poder político.

De acordo com o relatório do 1º Congresso da União Democrática das Mulheres (UDEMU, 1982), o advento da colonização na Guiné-Bissau, traz algumas alterações tanto na estrutura produtiva do campo assim como do surgimento do fenômeno urbano. O colonialismo como sendo a ideologia dominante neste país, reforça a discriminação e a exploração contra a mulher existente antes da sua chegada, porém a mulher guineense durante esse momento sofria uma dupla discriminação: de um lado do colonizador e do outro dos homens guineenses (UDEMU, 1982).

Apesar dessa dualidade que a mulher enfrentava algumas bibliografias até aqui presentes, mostram como a mulher nesse território que era ocupado pelos portugueses esteve presentes em todas as atividades tanto comerciais quanto políticas. Alberto da Costa e Silva, (2011), destaca os postos que as mulheres ocupavam durante os primeiros contatos dos portugueses no território. Entre esses casos, destaca-se a personalidade da Maria Mar: “rica e influente era Dona Maria Mar, senhora de numeraríssimos escravos e de grande rebanho de bois. Vivia em Julufre, no reino de Bara. Segundo François de Paris, que a conheceu em 1682, ela era a segunda pessoa do país, só ficando abaixo do rei” (COSTA E SILVA, 2011. p. 253). O espaço que se refere atualmente já não pertence à Guiné-Bissau, mas sim, a República da Gâmbia. A trajetória de Maria Mar surge para refletir sobre as posições assumidas pelas mulheres em toda essa margem conhecida como “territórios da Guiné” e que também era subordinado ao reino de Nkaabu². Dentro do território de Casamansa, que era um espaço pertencente a atual Guiné-Bissau, mas depois passou a ser território de Senegal, o autor destaca na aldeia de Bintan, a figura de Madame Agis que, naquela região:

vivia e comerciava, sobretudo em noz-de-cola, algodão e panos. Essa mulata detinha imenso prestígio não só entre os tangomãos que lá moravam, mas também entre os banhuns. Fora casada com um português, de quem, ao enviuar com menos de 30 anos, herdou um bom patrimônio, (COSTA E SILVA, 2011, p. 253).

No caso concreto do território atual da Guiné-Bissau, se destaca a personalidade da Bibiana Vaz, uma mulher guineense de mãe da etnia papel e de pai português que teve uma participação ativa durante o comércio instalado na região da Guiné:

² O reino de Nkaabú é um reino mandinga fundado em 1537 até 1867, cuja capital era kansala. O território compreendia da região Labé da Guiné-Conacri, região leste da atual Guiné-Bissau, região Casamance e uma parte da Gâmbia.

Sua história, porém, não se passa num contexto de poder africano. Vivia ela, na segunda metade do século XVII, numa Cacheu com regras de conduta e comando políticos portugueses, embora a maior parte da vila fosse, pela arquitetura e população, africana. Filha de uma pepel com um branco, Bibiana circulava com desenvoltura em ambos os ambientes e em outros mais, pois, além de possuir um barco de dois mastros e outros menores para percorrer a Guiné, estava estabelecida não só em Cacheu, mas também, por meio de um sobrinho, no rio de Nuno e, entre os mandigas, em Farim, e entre os banhuns, em Quimquim, e entre os ingleses, no estuário do rio Serra Leoa, ou mais precisamente, na ilha da Bance (ou Bence, Bunce ou George), onde a Royal African Company havia construído, em 1670, um forte e uma feitoria. Bibiana prosperou a vender, contrariando a legislação portuguesa, escravos e produtos da terra aos ingleses e a outros estrangeiros; e ficou muitíssimo mais rica, ao casar-se com um ex-capitão-mor de Cacheu, Ambrósio Gomes (que acumulara no cargo, com abuso de poder e peculato, uma das maiores fortunas da Costa), e ao apropriar-se, ao morrer o marido, de toda sua herança, esbulhando o filho que o finado deixara de seu matrimônio europeu, (COSTA E SILVA, 2011, p. 253-254).

Importa sublinhar que mencionar o nome da Bibiana Vaz e suas atividades neste debate não pretende legitimar o tráfico de escravos que essa guineense desenvolvia, se pretende aqui, tratar como referência, o envolvimento dessa mulher nas atividades praticadas na região. Para tal, destaca-se a coragem dessa *Nhara Vaz* (o nome que ela era chamada no meio dos seus tios papéis), e de alguns filhos mestiços da Guiné em participar uma rebelião contra a política da coroa portuguesa:

Essa *Nhara Vaz* deixou o nome ligado há uma rebelião em 1684, dos mulatos luso-africanos e de seus associados, com o apoio dos papéis, contra a política da coroa portuguesa que lhes vedava o comércio com navios de outras nações. Foi em torno dela que se aglutinaram os insurretos. Como o capitão-mor José Gonçalves d'Oliveira se empenhasse em impedir os negócios com os ingleses, foi ele preso e mantido como refém durante 14 meses, na casa que Bibiana tinha em Farim. A revolta não se dirigia apenas contra esses funcionários da Coroa, mas também contra a reorganização, sob o nome de Companhia de Comércio de Cacheu, e Rios da Guiné, da antiga Companhia de Cacheu, que, desde 1660, pretendia deter o monopólio do tráfico de escravos. Para tornar isto claro, os revoltosos emitiram uma proclamação, na qual, “em nome do povo”, se recusavam a reconhecer qualquer capitão-mor designado por Cabo Verde ou Portugal, enquanto não fossem ouvidos pela monarca português; se negavam a aceitar que fosse o comércio de novo exclusivos de uma companhia real; e reivindicavam que nenhum português pudesse doravante negociar com os africanos, a não ser por intermédio dos mercadores estabelecidos na Costa. Do triunvirato escolhido para reger Cacheu, fazia parte um irmão de Bibiana, Ambrósio Vaz. Como resposta, Lisboa enviou, em maio de 1685, dois navios e uma sumaca, com tropas frescas e novas autoridades. Os cem soldados desembarcaram sem resistência. Bibiana, Ambrósio e outros líderes do levante foram mandados para a ilha de Santiago. A *Nhara* não ficou lá por muitos meses, pois, em junho de 1688, já estava vivendo em QuimQuim. Frustraram-se também os intentos para sequestrar os seus bens, pois, os de maior valia encontram-se protegidos pelos reis africanos. Estes reagiram negativamente à sua detenção. E tornaram tão claro o descontentamento, que os funcionários portugueses encarregados de punir os revoltosos tiveram de conter-se, para não desatar uma resposta violenta dos soberanos e da nobreza africana, (SILVA, 2011, p. 254).

Essas narrações nos condicionam a refletir sobre atuação da mulher guineense nos diferentes espaços públicos e privados. Apesar dessas mulheres destacadas por Alberto da Costa e Silva serem mestiças, mas isso, não nos impede de reconhecer que também que elas têm uma costela guineense. Destacou-se o envolvimento dos papéis nessa revolta, não porque querem ou concordam com a exploração feita pela Bibiana e suas companhias, mas porque, *Nhara* é sobrinha deles.

Com a instalação do sistema colonial, Portugal utiliza sua política de dominação e destruturalização dos poderes tradicionais instalados no território. Esse poder estrangeiro instalado no território foi confrontado com muitas revoltas dos povos nativos. Para conter o sistema de exploração português no território, Amílcar Cabral e mais cinco camaradas, criaram em Bissau em 1956, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Depois da fundação do partido segundo o relatório do 1º Congresso das mulheres, no início da mobilização para a luta, a mulher guineense compreende que, enquanto elemento da sociedade sujeita a uma dupla exploração, nada tem a perder com a mudança que se avizinha, (GOMES, 2009).

A criação do partido favorece a conquista dos direitos políticos na Guiné-Bissau. O partido defendia direitos dos homens, em particular das mulheres que eram discriminadas no espaço político como aponta Patrícia Godinho Gomes (2009), “a conquista dos direitos políticos na Guiné-Bissau foi favorecida, sobretudo após a criação do Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1956, que desde o início se empenhou no combate a discriminação com base no gênero” (GOMES, 2009. p. 63).

No seu plano de atuação, colocava a equidade das populações perante as leis estabelecidas sem distinção de homem ou mulher. O que significa que gozavam dos mesmos direitos, isto é, em particular defendiam os direitos da mulher e faziam respeitar as mulheres fazendo-as saber de que a sua emancipação e a libertação dependia delas mesmas, do seu engajamento e das suas contribuições ao partido (GOMES, 2009).

Para melhor se organizar para mais participação das mulheres, o partido (PAIGC) chegou à conclusão de criar a primeira organização feminina denominada UDEMU, que é a União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde, criada em 1961, em Guiné-Conacri cuja finalidade foi “a consciencialização e a preparação política e ideológica das mulheres, bem como o desenvolvimento de uma ação diplomática no sentido da captação de recursos materiais e financeiros para a luta armada”, (GOMES, 2016, P. 138). Ainda a autora considera

esse ato como uma das mais importantes estratégias da emancipação das mulheres levado em cabo pelo partido, (GOMES, 2016).

Porém, o partido em 1966, criou as “milícias populares” grupos de mulheres armados que tinham como função proteger as populações das aldeias das zonas libertadas dos ataques do exercício colonial. Com a criação das Forças Armadas Locais em 1970, as mulheres participavam, pois, existia um determinado grupo armados composta só por mulheres (total de 18 pessoas).

Nos finais da luta armada pela independência do território a presença das mulheres se intensificou ainda mais nos órgãos decisórios do partido. Patrícia Gomes detalha algumas posições ocupadas por elas:

A partir de 1972, as mulheres começaram a participar ativamente nos órgãos de decisão do partido em níveis local e regional [...] houve casos em que os cargos de presidente ou vice-presidente de tais órgãos foram “dignamente desempenhados por mulheres”. Nos tribunais populares havia mulheres entre os membros do júri; em nível da informação e da comunicação, eram as mulheres que dirigiam a rádio e o jornal do partido. Importantes instrumentos de luta contra o colonialismo, a mulher assumiu um papel relevante (GOMES, 2009, p. 66).

No dia 24 de setembro de 1973, marca-se o fim da colonização e a proclamação da independência total do país em Madina de Boé zona Sul do país por João Bernardo Vieira (Nino), onde cerca de 120 deputados aprovaram a Constituição da República. Este período marca a institucionalização do PAIGC com o Estado assumindo a vigência do partido único. Essa situação perdurará até 1991, quando aprovaram a lei nº1/91 de 29 de maio da revisão da Constituição da República de 1984. No mesmo ano aprovaram a lei nº 02/91 de 4 de dezembro que permitam a participação de mais partidos políticos, isto é, o multipartidarismo. As primeiras eleições multipartidárias (Presidenciais e Legislativas) na história da Guiné-Bissau foram realizadas só em Junho de 1994, com a participação de 15 partidos políticos, entre esse 15 havia uma candidata feminina á de Antonieta Rosa Gomes como sendo cabeça de lista. O PAIGC conseguiu sair vencedor com 46, 4% dos votos (SEMEDO, 2009).

De acordo com Miguel de Barros & Odete Costa Semedo (2013), houve uma sub-representação das mulheres de acordo com as listas apresentadas pelos principais partidos políticos que submeterem as candidaturas nas primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias em 1994. (SEMEDO & BARROS, 2013).

Aqui se segue a lista das candidaturas apresentadas pelos principais partidos políticos nas primeiras eleições (legislativas, presidenciais) multipartidárias em 1994, de acordo com Barros & Semedo (2013):

Quadro 1 - Candidaturas apresentadas pelos alguns partidos políticos nas primeiras eleições multipartidárias (1994)

Partidos políticos	Nº de candidatos	Nº de candidatas (mulheres)	% das mulheres	Representação das mulheres em posição elegível	% da representação das mulheres em posição elegível	Nº de deputados eleitos
FCG-SD	14	3	21	1	60	0
FUNG	76	4	4	3	3,7	1
PAIGC	180	29	16	10	12,3	62
PCD	222	17	4	6	7,4	0
PUSD	50	3	6	1	5,5	0
PRS	130	12	9	3	3,7	12
RGB-MB	207	8	4	3	3,7	19
UM	223	16	7	6	7,2	6
TOTAL	902	92	10,2%	33	6,2%	100

Nas primeiras fases depois da conquista da independência, o partido tenta cumprir com alguns programas traçados no que diz respeito à emancipação da mulher guineense, mas a falha no planeamento dos seus objetivos fez com que esses não sejam atingidos:

Em 1990, foi criado o Ministério dos Assuntos Sociais e da Promoção Feminina, cuja estratégia se baseou na formulação, coordenação e implementação de políticas de valorização do papel das mulheres no desenvolvimento nacional. Este ministério tinha por função implementar programas capazes de garantir a inserção das mulheres no processo de decisão. Os objetivos foram alcançados só em parte[...], através da implementação do programa de formação/alfabetização das mulheres. A ausência de capacidade política e financeira por parte deste ministério, em boa parte devido á crise económica dos anos 90, agravada ulteriormente pelo conflito político-militar de 1998-99, dificultou a aplicação de quaisquer planos ou estratégias de desenvolvimento e integração do elemento feminino nas instituições políticas e estatais, (GOMES, 2009, p. 216).

De acordo com (BARROS & SEMEDO, 2013) no que diz respeito à posição das mulheres no poder legislativo nas primeiras eleições democrata, houve uma diminuição desprezível:

Quadro 2 - Presença da mulher na Assembleia Nacional Popular

Regime	Legislatura	Mulheres	Homens	% Mulheres
Monopartidarismo	1973-1976(I)	10	11	8,3
	1976-1984(II)	19	0	12,6
	1984-1989(III)	22	13	14,6
	1988-1994 (IV)	30	1	20
				12
			8	
			12	
			0	
Multipartidarismo	1994/1999 (V)	9	91	9
	1999/2004 (VI)	7	95	7,8
	2004/2008	13	87	11
	(VII)			
	2008/2012	10	90	10
(VIII)				

Fonte: Assembleia Nacional Popular (ANP 2012).

Comparando o período autoritário em relação à da democracia, levando em consideração a representação das mulheres nos principais órgãos de decisão, denota-se de facto uma sub-representação das mulheres, quando se almejava o contrário, como é o caso do poder legislativo, ou seja, o parlamento (ver o quadro 2), no qual se verifica uma grande disparidade entre a representação de homens face a mulheres e sendo ainda que na legislatura que antecede a abertura política a representação das mulheres deputadas chegou a atingir vinte (20) por cento, mas caindo logo a seguir para nove (9) por cento e não voltando mais a esse número volvidos quase vinte anos após as primeiras eleições democráticas, (SEMEDO & BARROS, 2013).

Mesmo com a implementação do regime multipartidária (democrática) no final dos anos noventa, a Guiné-Bissau estava ainda além de ter uma aplicação em termos políticos e

social, com tudo foram aplicada formalmente desde 1994. Em bora tenham tentado explorar varias alternativas que pudessem encaminhar o estabelecimento de um regime democrático, mas não contiveram um chegado resultado positivo, (GOMES, 2016). Essa falta de aplicação da democracia na pratica no que concerne á política e social de acordo com as literaturas lidas, se deve por falta de um diálogo político sério entre atores políticos para poder melhor conduzir o país e o bem estar da população guineense.

Mesmo com a dificuldade para a implementação das políticas sociais democratas durante o multipartidarismo, a luta das mulheres continuaram no partido apesar de nem sempre favorável à sua presença e participação nas organizações políticas e nas instâncias do Estado. Na perspectiva de dar seguimento a uma abordagem a favor da condição feminina para além do discurso produzido, foi aprovada sob proposta da UDEMU, no decurso do IV Congresso extraordinário do P.A.I.G.C. em Fevereiro de 2002, uma resolução que exigia a presença de pelo menos 25% de mulheres nos órgãos do partido e, eventualmente em lugares de destaque em nível das instituições do Estado. Mas, mesmo assim, o partido continua até hoje a ser dominado por camada masculino.

A reabertura política significou o início da democracia, como sendo regime político participativo que tem como pressuposto a liberdade e a igualdade política. Essa liberdade e igualdade no que diz respeito à participação feminina guineense durante o período multipartidário, parecem ficar só no papel. A igualdade transforma ainda mais em desigualdade no que concerne a participação política entre homens e mulheres e que penalizam mais a camada feminina desde as primeiras eleições multipartidárias em 1994 até 201.

Patrícia Godinho Gomes aponta algumas das razões que condicionaram o isolamento das mulheres guineenses nos assuntos políticos depois da entrada do regime democrático:

Foi o fato de pluralismo político ter-se demonstrado pouco favorável à solidariedade feminina e ter aumentado à dispersão dos esforços. Por outro lado, a inaplicabilidade de algumas leis que regulam a participação das mulheres nos órgãos de decisão, a falta de informação por parte das próprias mulheres sobre as oportunidades que a lei lhes oferece, a falta de confianças dos partidos políticos nas mulheres, são alguns dos obstáculos à efetiva emancipação feminina. Outros fatores como o analfabetismo e a marginalização na vida pública, a feminização da pobreza, e o fraco poder econômico das mulheres, favorecem o subdesenvolvimento em que se encontram hoje as mulheres guineenses, (GOMES, 2016, p. 139).

Durante a vigência democrática, o país tem sofrido muitos sobressaltos político-militares que acabaram desestabilizar o sistema democrático, exemplo disso, foi o levantamento político-militar de mês de junho de 1998 e que terminou em maio de 1999. Esse

conflito nada de melhor traz para o país, a não ser vítimas mortais e pilhagem dos bens públicos e privado. Nesta mesma senda, a oitava legislatura foi interrompida pelo golpe político-militar de 12 de abril de 2012, segundo Godinho, a mulher conhece de novo o retrocesso da sua presença na esfera de tomada de decisão guineense:

A interrupção da ordem constitucional por via do golpe de Estado de 12 de abril de 2012 conduziu a um agravamento da já fragilizada condição sócio-política e económica do país, fundamentalmente dependente das ajudas externas. As conquistas que vinham sendo operadas relativamente às questões femininas, nomeadamente no domínio legislativo (aprovação em 2011 da Lei contra a Mutilação Genital Feminina) e os esforços político-institucionais realizados a favor da prática da equidade de género não encontraram o devido apoio nem espaço na Agenda Política das novas autoridades (de transição) do país, (GOMES, 2016, p. 139).

Esse regimento de transição geriu o país durante dois anos, esse período culminou em 2014 com a entrada em funcionamento do novo governo liderado pelo PAIGC, partido vencedor das eleições presidenciais e legislativas de 2014.

Quadro 2 - Representação da mulher guineense nas estruturas de poder: Governo

Ano	Mulheres	Homens	Total	Porcentagem das Mulheres (%)	Observação
1989	1	30	31	3,33	Último governo do regime de partido único (Carlos Correia, 1º Ministro)
1994	2	22	24	9,09	Governo de PAIGC (Manuel Saturnino da Costa, 1º Ministro)
1996	2	23	25	8,70	Governo de Iniciativa Presidencial (Carlos Correia, 1º Ministro)
1998	1	15	16	6,67	Governo de PRS em coligação com RGB-MB (Caetano Ntchama, 1º Ministro)
2000	2	21	23	9,52	Governo de PRS (Faustino Imbali, 1º Ministro)

2001	2	20	22	10	Governo de PRS (Alamara Nhassé, 1º Ministro)
2001	3	22	25	13,64	Governo de PRS (Mário Pires, 1º Ministro)
2002	3	16	19	18,75	Governo de Transição (Artur Sanha, 1º Ministro)
2003	4	12	16	33,33	Governo de PAIGC (Carlos Gomes Jr, 1º Ministro)
2004	4	21	23	19,05	Governo de Iniciativa Presidencial (Aristides Gomes, 1º Ministro)
2005	2	26	28	7,69	Governo de Iniciativa Presidencial (Martinho Ndafá Cabi, 1º Ministro)
2007	5	24	29	20,83	Governo de Iniciativa Presidencial (Carlos Correia, 1º Ministro)
2008	3	18	21	16,67	Governo de PAIGC (Carlos Gomes Jr, 1º Ministro)
2009	6	25	31	24	Governo de Transição (Rui Barros, 1º Ministro)
2012	2	28	30	7,4	Governo de Foram catorze (14) Governos após a implantação do regime democrático e todos eles foram chefiados pelos homens.
Total	42	323	363	13	Foram catorze (14) Governos após a implantação do regime democrático e todos eles foram chefiados por homens.

Fonte: Assembleia Nacional Popular (ANP, 2012).

3 JUSTIFICATIVA

As mulheres como a maioria que compõe a população guineense com 51% por cento e que essa percentagem não se reflete na esfera política em que a maioria das decisões do futuro do país é tomada. Há uma pouca participação das mulheres na tomada de grande decisão onde se define o normal funcionamento do Estado.

A elaboração desta pesquisa partiu de tentativa de conhecer e entender a história da participação política das mulheres guineenses, como agente ativa desta sociedade em muitas esferas e não na esfera política.

Pesquisar sobre este tema passou a ser uma missão a cumprir. Se encontra no tema grande desafio de aprofundar ainda mais nas leituras de livros, artigos, documentos oficiais e entre outras a fim de perceber os motivos da disparidade da participação política entre homem e mulher que prejudicam mais mulheres em relação aos homens.

Cabe ainda destacar que a importância de desenvolver este projeto centra-se no empenho de caráter científico que o trabalho pretende apresentar, haja vista a extensão que se pretende alcançar com a execução do mesmo.

Outro aspecto refere-se a relevância social do estudo uma vez que seus resultados poderão contribuir consideravelmente para melhorar a participação das mulheres na política e na tomada de qualquer que seja a decisão no país, bem como, poderá ajudar as mesmas a ter uma consciência política de forma a engajar no que diz respeito a sua participação política. Surge daí a relevância de se abordar o tema da participação das mulheres na política guineense, por entender que participar é um ato de tomar parte de uma forma ou outra nas ações na qual nos compete e tem a ver com a vida cotidiana dos cidadãos e cidadãs. Logo, a escolha deste tema visa uma contribuição para fomentar mais diálogo e empenho dos atores políticos que creem numa política com mais participação das mulheres. Interessa identificar as razões da fraca participação destes para que possam solucionar ou minimizar o problema abrindo assim, uma autoestrada por uma participação mais justa e equivalente.

Também espero que este material vá servir como material didático para essa universidade para com alunos assim como professores para que estes possam aprofundar ou conhecer sobre a participação das mulheres na política guineense.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Destacar a história política da mulher guineense, nomeadamente durante o regime do multipartidarismo – (1994 - 2012);

4.2 ESPECÍFICOS

a) Destacar os fatores que condicionaram a fraca participação das mulheres na macro-política guineense durante o multipartidarismo (1991 – 2012);

b) Revelar experiências de mulheres nos bastidores ou na micropolítica guineense;

c) Indagar o que está na origem de uma enorme disparidade, desfavorável à mulher em relação ao homem, no que fere a participação destes nos cargos e nos órgãos de decisões política durante o período multipartidária.

d) Refletir sobre a importância da participação das mulheres na política guineense como uma agente ativa que também tem muito a contribuir nesse processo de construção do Estado-Nação.

5 QUADRO TEÓRICO

Este estudo fundamentará em alguns conceitos básicos como: a participação, gênero, política e multipartidarismo.

5.1 PARTICIPAÇÃO

A participação a referir é aquela da partilha do poder entre gênero, em toda a esfera da vida política, isto é uma participação equilibrada entre homem e mulher nos processos políticos, principalmente em relação a tomada de decisão, onde se encontra uma sub-representação feminina. Com a participação de todos em qualquer que seja a esfera.

Nos últimos anos da década de 60, a palavra “participação” tornou-se parte do vocabulário político popular. Isso aconteceu na onda de reivindicações, em especial por parte

dos estudantes, pela abertura de novas áreas de participação, nesse caso na esfera da educação de nível superior, e também por parte de vários grupos que queriam, na prática, a implementação dos direitos que eram seus na teoria, (PATEMAN, 1992).

5.2 POLÍTICA

De acordo com Norberto Bobbio (2000) o conceito “política” é proveniente do grego (politikós), que significa tudo o que está ligado à vida de um país, isto é, as relações sociais que existe nesse país, inclui o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social. Esse termo veio a desenvolver através da obra (política) publicada de Aristóteles, o primeiro a tratar sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo.

5.3 GÊNERO

A categoria “gênero” começou por ser utilizada para indicar a construção social das diferenças e das desigualdades características das sociedades humanas, ocidentais e não só. O “gênero” foi sendo concebido como uma categoria política orientada no sentido da redefinição das relações de poder, público e privado, entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se transformava numa categoria epistemológica, de pesquisa, finalizada a refundar os processos de conhecimento, (GOMES, 2009).

De acordo com outras visões, Miguel de Barros e Odete Costa Semedo, a palavra gênero “refere-se ao conjunto de papéis socialmente construídos e aos traços de personalidade, atitudes, comportamentos, valores, poder relativo à influência que a sociedade atribui aos dois sexos numa base que os distingue um do outro, que evoluem no tempo e no espaço, assim como às relações que existem entre os dois” (BARROS e SEMEDO, 2012. p. 08).

Ao longo do tempo, a palavra gênero vem sendo utilizado para reforçar a ideia de uma sub-representação feminina na esfera social assim como política.

Com base nisso o conceito de gênero aqui acentuará mais na questão do feminismo que segundo Andrew Heywood (2010, p. 21), “é uma invenção do século XX e torna usualmente na língua do dia a dia a partir da década de 1960, [...]. Na modernidade é invariavelmente associado ao movimento feminino e a tentativa de fortalecer o papel social da mulher”.

As feministas segundo Heywood (2010) argumentam que uma relação política entre os sexos se baseia na hegemonia dos homens e a subordinação das mulheres na maioria das sociedades.

5.4 MULTIPARTIDARISMO

Caracteriza-se como multipartidarismo, o regime político-democrático onde o povo tem a total liberdade de votar e ser votado, isto é, um regime em que o poder se reside no povo com a participação plena de todos e todas que fazem parte de determinado país.

De acordo com Antônio Augusto de Queiroz, (2012, p.13):

Democracia é o regime político participativo que tem como pressuposto a liberdade e a igualdade política. Nela o cidadão tem o poder de tomar decisões políticas, indiretamente, por meio dos seus representantes, eleitos pelo voto (universal e secreto), ou diretamente, por intermédio de plebiscito (povo consultado antes da aprovação da lei), de referendo (povo consultado após aprovação da lei) e de iniciativa popular (propor projeto de lei).

Na Guiné-Bissau, antes da penetração dos colonialistas até anos depois da independência se vivia um regime de partido único. Com a revisão da constituição em 1991, adotaram o regime democrático (multipartidarismo), que se concretiza depois das primeiras eleições multipartidárias em 1994.

6 METODOLOGIA

O estudo visa abordar o conhecimento sobre a participação política feminina na Guiné-Bissau. Com vista a alcançar os objetivos traçados faz necessário utilizar as etapas do percurso metodológico da pesquisa. A metodologia segundo Cleber Cristiano Prodanov e Ernani Cesar de Freitas (2013, p.14) “é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observadas para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

Essa proposta de pesquisa já passou por alguns procedimentos metodológicos, já que partes dos estudos foram realizadas com o objetivo de conhecer com mais profundidade o tema, delimitar o objeto da análise, bem como, escolher os pressupostos teóricos.

Com base nisso, a metodologia utilizada neste trabalho divide-se em três grandes passos, que passam a constituir elementos fundamentais na pesquisa e na teorização desta futura monografia:

Primeiro passo dado neste trabalho se prende com o levantamento bibliográfico através de Google Acadêmico que é o mecanismo de muito empenho para os pesquisadores de acordo com Antônio Carlos Gil (2010), porém, esse mecanismo permite ter acesso aos livros, dissertações, revistas, artigos, documentos oficiais. A grande vantagem de utilizar esses mecanismos é de que eles procuram ordenar os resultados por ordem de relevância.

Segundo passo se baseia nas técnicas qualitativas através das entrevistas feitas utilizando os questionários. Dada a escassez dos documentos nacionais produzidos pelas próprias mulheres guineenses e tomando em consideração a importância da tradição oral Por tratar-se de tema da história recente e voltado para um segmento da população que tem pouca visibilidade na política oficial, portanto, a produção de poucos documentos públicos, foi necessária contar com a obtenção das informações por meio de questionários com entrevistas. Deve-se considerar também a importância da tradição oral na cultura africana. Assim, exploramos a realidade mediante entrevistas realizada com os militantes do PAIGC e também membros de UDEMU com a finalidade de entender a participação da mulher na política.

Para a realização das entrevistas fez necessário pensar na elaboração dos questionários a fim de poder realizar esse trabalho. O primeiro trabalho posto era identificar quem seriam os sujeitos da pesquisa e onde encontrá-las. Propomos um perfil de pessoas a serem entrevistadas: mulheres assim como homens, mas de preferência as mulheres militantes dos partidos políticos assim como as que fazem parte das organizações governamentais ou não governamentais com o intuito de obter algumas informações para a realização deste trabalho.

As entrevistas foram realizadas respectivamente em quatro locais: Sede do PAIGC, sede de algumas organizações feministas, casa de alguns militantes feministas e por último na Assembleia Nacional Popular (ANP).

No planejamento almejávamos entrevistar todas as líderes dos principais partidos políticos, no entanto isso não foi possível até esse momento. Em fevereiro do corrente ano estive em Guiné-Bissau para resolver questões de permanência como estudante no Brasil e aproveitei para realizar parte da coleta de dados.

Também era para ser feita com algumas representantes de algumas organizações feministas do país como é o caso de: Plataforma Política das Mulheres (PPM); Comité Nacional para o Abandono das Tradições Nefastas à Saúde da Mulher e Criança (CNAPN);

Confederação de Mulher da Atividade Económica (AMAE) e Rede Nacional de Luta Contra Violência de Gênero (RELUV). Deveriam ser entrevistadas 10 pessoas incluindo homens e mulheres, com preferência para mais mulheres.

Porém, a entrevista com uma dessas pessoas é como abrir uma biblioteca, no entanto, tudo depende do que a pesquisadora almeja encontrar entre as suas depoentes. As entrevistas foram realizadas em um contexto social bastante distinto, variando as escolhas das entrevistadas e o recinto em que estas deram as entrevistas (em casa, na sede de partido político ou na sede de algumas organizações feministas). Os depoimentos foram dados por homens e mulheres com a experiência política nas organizações e que estivessem atuando em alguma instituição política no ano 2017.

Todas as entrevistas foram gravadas por um aplicativo de telefone móvel e serão transcritas e organizadas. Importante dizer que não foi possível fazer as entrevistas com o número das pessoas apontadas e também com todos os três líderes de partidos políticos por motivo de atual situação política que se encontra o país e também a ausência e indisponibilidade de alguns líderes no momento. A maioria das entrevistas realizadas foi considerada proveitosa conforme os objetivos da pesquisa.

É importante ressaltar as dificuldades encontradas durante a pesquisa. Em primeiro lugar foi difícil o trabalho no campo, pois necessitaria de mais recursos como: humanos, materiais e financeiros. Recursos humanos neste caso, a dificuldade que tive como entrevistadora de encontrar os/as entrevistados/as. Houve dificuldade em termo de fazer as entrevistas com as pessoas inicialmente selecionadas. Os recursos materiais foram também um limitador, porque o ideal seria ter um gravador para poder fazer um trabalho de qualidade e, por último, a falta de recursos financeiros, que não dificultou muito, mas um pouco, em termos de deslocamento para poder encontrar as pessoas para realizar as entrevistas.

Considero importante refletir aqui o percurso metodológico que já fiz para dar conta do projeto de pesquisa que apresento, pois para qualquer que seja a pesquisa de campo, como aponta GIL (2010), não tem como não considerar o papel capital das qualidades pessoais de quem faz a pesquisa durante o processo de qualquer produção científica, mas também é muito importante o papel desempenhado pelos recursos de que se dispõe no desenvolvimento e na qualidade dos resultados da pesquisa.

Ainda durante a pesquisa faz necessário entrar em contato com uma das autoras do livro “Participação das mulheres na política e na tomada de Decisões”, tema na qual está ligada o tema da pesquisa. Marcar o encontro presencialmente com ela foi tão difícil, mas em

fim consegui. O diálogo foi de muita importância embora não tenha sido muito prolongado. Durante esse diálogo apresento a ela o tema ao qual pretendo trabalhar e ela agradece e mostra a importância dessa linha de pesquisa, e logo em seguida ofereceu dois grandes livros relevantes a minha pesquisa.

Ainda mantive conversa através do e-mail com o outro autor do mesmo livro, em que o mesmo forneceu algumas informações e materiais também ligados à minha linha de pesquisa.

A análise da história da participação política das mulheres a partir das leituras que fiz e também o contato com autores que abordam sobre o tema proporcionou-me um esclarecimento maior e me oportunizou melhorias no desempenho acadêmico no que concerne a participação política das mulheres. As leituras ainda abriram o meu olhar e ajudou a concretizar ideias que venho formando no decorrer da vida acadêmica, para que o desafio proposto se transforme em grande aprendizado.

Terceira e a última etapa deste processo se prende com a análise das fontes e a edição deste trabalho. Não foi fácil passando horas e horas a trabalhar em frente de um computador, tudo foi alcançado devido a um grande esforço e a forte necessidade de atingirmos os objetivos traçados. Enfim, essa dedicação servirá de alicerce para enfrentar outros trabalhos acadêmicos que posteriormente virão.

7 CRONOGRAMA

TRIMESTRE	Atividades			
	Levantamento bibliográfico e mapeamento dos livros	Revisão da literatura	Análise de dados	Redação final e a entrega
3º Trimestre	X			
4º Trimestre		X		
5º Trimestre			X	
6º Trimestre				X

REFERÊNCIAS

- BARROS, Miguel Marcos José; SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. **A participação das Mulheres na Política e na Tomada de Decisão na Guiné-Bissau:** da consciência, percepção á prática política. UNIOGBIS, Bissau, 2013.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política:** a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- COSTA e SILVA, Alberto. *A Manilha e o libambo:* a África e a Escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOMES, Patrícia. **Gênero e Cidadania na Guiné-Bissau:** uma evolução história. 2009. Tese (Doutorada em Historia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- GOMES, Patricia Alexandra Godinha. **As outras vozes:** Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. Artigo- Universidade Federal da Bahia (UFBA), Junho, Odeere, 2016. Disponível em:
- HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas:** do feminismo ao multiculturalismo. 1 ed. 1. Imp. São Paulo: Ática, 2010.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científica:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. 10. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.
- MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau:** da luta armada à construção do estado nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). 2013. Tese (Doutorada em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <http://www.ppgcs.ufba.br/site/db/trabalhos/13102014095742.pdf>. Acessado em
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Emani Cesar. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- RODRIGUES, Almira. **As Mulheres e s Política:** Uma Análise de Gênero e Etnia no Espaço da Política, Julho./2005. Disponível em http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/as_mul_1.pdf. Acessado em 13/05/2017.
- SALAMI, Minna. **Uma breve história do feminismo africano.** Ondjango Feminista, 2017. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/txt-con/2017/4/10/uma-breve-histria-do-feminismo-africano>. Acesso em 16/06/2017.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: a fase do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade de São Carlos, São Paulo.

UDEMU. **Relatório da Conferência Nacional das Mulheres Guineenses apresentado ao 1º congresso das mulheres**. Guiné-Bissau, Novembro, 1982. Impresso.

GOMES, Patricia Alexandre **Godinho. As outras vozes: Percursos femininos cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau**. Odeere – UESB. Janeiro, 2016

GOMES, Patricia. **Sociedades desiguais: gênero, cidadania e identidades**. São Liopoldo. Nova Harmonia, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE I - Entrevista

Questões norteadoras.

- 1- Como você avalia a organização das mulheres desde a reabertura política?
- 2- Houve algum momento em que as mulheres parlamentares se formaram para aprovar políticas de interesses do âmbito feminino? Se sim, conte essa experiência.
- 3- Os principais partidos políticos de país hoje têm criado condições propícias para garantir a participação efetiva das mulheres. Se sim, como?
- 4- Como tem sido a experiência da UDEMU com relação à participação das mulheres nos cargos políticos?
- 5- Como está a presença da mulher no cenário político guineense da atualidade
- 6- Qual é os ganhos e as perdas das mulheres no cenário político?
- 7- Durante o regime do partido único, as mulheres tiveram maior participação e durante o multipartidarismo, essas conquistas foram fracassadas. Quais são os factos motivadores?
- 8- De acordo com os dados da Assembleia Nacional Popular, o número das mulheres no parlamento têm se baixado atualmente ao comparar com o período do único partido. O que pode ser feito para melhorar os números ou garantir o empoderamento ou maior protagonismo feminino nesses espaços?